

A NOÇÃO DE PARTILHA

RANCIÈRE E OS LAÇOS ENTRE ESTÉTICA E POLÍTICA



por Michelly Alves Teixeira

A partir da obra *A partilha do sensível*, demarcamos com Jacques Rancière um fio condutor que leva do filosófico ao político, e mostramos as passagens propostas pelo autor que levam da arte à política. Para isso, o artigo começa retomando suas teses na obra *O desentendimento*, para mostrar a existência de um “comum” fundamentado em uma partilha dos espaços, tempos e tipos de atividade que determina a maneira como um “comum” se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha. Após repor a questão tal como exposta nessas obras, o artigo volta-se a sua obra *O ódio à democracia*, e seu conceito de comunidade política como um grupo de indivíduos governados por um poder e apresenta algumas implicações, limites e superações possíveis postas pelo autor à democracia representativa no âmbito social contemporâneo.

Palavras-chave: Política - Democracia - Representação - Comunidade - Partilha - Sensível - Comum

From Jacques Rancière’s work *The distribution of sensible*, we try to clarify the thread that leads the philosophical to the political, and show the passages proposed by the author to take art to politics. The paper begins summarizing the theses in the work *Disagreement: Politics and Philosophy*, to show the existence of a “community” based on a sharing of spaces, times and types of activity that determines how this “community” lends itself to political participation. At last, we search the same kind of questions in the book *Hatred of Democracy*, trying to understand his concept of political community as a group of individuals governed by a power and their implications, possible limits and overruns put by the author to representative democracy in the contemporary social context.

Key-Words: Politics - Democracy - Representation - Community - Distribution - Sensible

INTRODUÇÃO

A pesquisa tem como objeto alguns textos de Jacques Rancière, e esse texto é o Relatório Final da pesquisa proposta para o Pibic-2015/2016. Tem por objetivo mostrar como o autor problematiza a democracia desenhando certo bloqueio à política, tendo-se por base bibliográfica o seu Ódio à democracia. Em seguida, o texto retoma suas teses em A partilha do Sensível, para mostrar a existência de um “comum” fundamentado em uma partilha dos espaços, tempos e tipos de atividade. Nos termos de sua leitura, trata-se de uma partilha que determina a maneira como um “comum” se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha. Desse modo, mediante a partilha que constitui o comum, demarcamos um fio condutor que leva do filosófico ao político, e mostramos as passagens propostas pelo autor que levam da arte à política. A formação da comunidade no período antigo, segundo a leitura do autor em O desentendimento, nos mostra como em seu percurso o povo [demos] recupera o reconhecimento de seu papel dentro da comunidade. Ao recuperarmos o papel da democracia e o conceito de comunidade política como um grupo de indivíduos governados por um poder, uma minoria de oligarcas e algumas implicações da democracia representativa no âmbito social contemporâneo, e valendo-nos do texto O ódio à democracia, acompanhamos como a comunidade política passa por oscilações, tendo-se a passagem para a democracia como representação por nosso fio condutor. Como proposta de uma conclusão criticocrítica, traçaremos um esboço da passagem da política à estética posta pelo autor em A Partilha do Sensível, a fim de descortinarmos visibilidades que estruturam nexos entre o papel da arte nesse cenário político que apontam horizontes para futuros desdobramentos de nossa pesquisa.

Do autor tomamos sua tese de que, na po-

sição de espectador, agimos sobretudo como espectadores do mundo e é por essa linha de pensamento que retomamos sua crítica à democracia e nexos desenhados por ele entre política e estética. A proposta do artigo é mostrar como a partilha do sensível delinea a estrutura da comunidade política com base no encontro discordante das percepções individuais, tendo-se por ponto de chegada que é mediante o encontro da estética com a política que organizamos o sensível, é nesse encontro que nos damos a entender, vemos e construímos visibilidade e inteligibilidade dos acontecimentos políticos. O regime estético da política revela-se comprometido com o regime da política, regime de indeterminação das identidades, deslegitimação das posições, desregulação das partilhas do espaço e do tempo que é a própria democracia. Por fim, mostraremos como seu debate atravessa o campo da estética, da história da filosofia e da política, mesmo quando o assunto principal pareça ser arte, imagem ou comunicação.

1. AS RAÍZES DO CONFLITO POLÍTICO: DOMINAÇÃO DESIGUALDADE E DANO

Com Jacques Rancière, podemos observar desde os tempos mais remotos da pólis grega aos nossos dias, o quanto a política é a parte constitutiva da formação do povo. Com os objetivos que a faz ser o que é atualmente, a política mantém o seu princípio de igualdade e já foi fonte de confiança para o povo enquanto é possível acreditar que se realize em âmbito social, mediante manifestações em multiplicidade de modos, buscando lugares adequados para a deliberação e para a decisão sobre o bem comum, da rua à fábrica. Conforme a chegada da modernidade, contudo, perdemos o caráter

principal da política e hoje aceitamos com desdém a opinião que se propaga de uma política incapaz de deliberar com o apoio da população, adaptada antes às exigências do mercado mundial e preocupada com a distribuição de lucros e custos a serem pagos para se manter essas exigências.

Aristóteles enumera os títulos de comunidade (axiai) na Grécia Antiga: a oligarquia dos ricos, a aristocracia das pessoas de bem e a democracia do povo, e apresenta um desequilíbrio político que perturba a ordem hierárquica dessas partes da comunidade e que se encontra nos degraus no qual a política constrói os seus princípios: na igualdade e na liberdade. Ao nos determos no povo ateniense fadado a ser escravizado pelo endividamento ou a qualquer um desses corpos falantes que trabalham incessantemente, fadados ao anonimato do trabalho e da reprodução, comprovamos o papel dessa liberdade, reconhecida a todos e construída a fim de se impedir que a riqueza seja idêntica à dominação: ela permite ao povo (demos) identificar-se com o todo da comunidade – assim, o nome da massa indistinta dos homens sem qualidade vê na liberdade a qualidade que lhes falta, como virtude comum.

A liberdade vista pelo povo como uma qualidade não “pertence” a eles. Sob a liberdade ilusória encontra-se o litígio que é

1 - “Dano. No original, tort. Indica o dano causado a alguém, como sentido não apenas físico, mas, sobretudo, jurídico” (n. do revisor técnico, in RANCIÈRE, J. *O desentendimento: Política e filosofia*. São Paulo: Editora 34, 1996, p. 20).

2 - “Parcela. No original, part (o termo francês partie foi traduzido como parte). Designa a parte que cabe a alguém numa divisão ou distribuição, o quinhão que é dado a uma pessoa ou que legitimamente deveria ser seu”. (idem, p.11).

a causa fundamental do dano que não cessam de lhes causar. É em nome desse dano, que lhe é causado pelas outras partes, que o povo – os pobres da antiguidade ou o proletariado moderno – torna-se a classe que causa dano à comunidade. Nos termos de nossa leitura, propomos a seguir definir os três campos que, segundo o autor, configuram as raízes de um conflito no discurso político, da pólis Grega à contemporaneidade, e apresentam os riscos à política e a representatividade no contexto democrático: a dominação, a desigualdade e o dano.

1.1

Desde o período grego, Aristóteles nos apresenta o caráter político do animal humano que é parte fundamental na pólis. O homem é o único entre todos os animais que possui a palavra e que possui o sentimento do bem e do mal, do justo e injusto, de modo a fazer desses sentimentos a constituição da comunidade. O que a palavra ou a capacidade de falar (logos) torna evidente para uma comunidade é a sua capacidade de deliberação. A justiça, enquanto princípio de comunidade, cuida das repartições e da maneira como são dadas as formas de exercício de um poder comum presente nos cidadãos, essa justiça, enquanto virtude, não é o equilíbrio de interesses ou reparação de danos, é a distribuição igualitária de parcelas buscando a ordem que determina essa divisão no comum.

Seguindo a leitura de Racière da obra Política de Aristóteles, o autor enumera os títulos de comunidade (axiai) como a riqueza dos poucos (os oligoi), a virtude (areté) que dá seu nome aos melhores (aos aristoí) e a liberdade (a eleutéria) que pertence ao povo (demos). As axiai fornecem regimes particulares que proporcionam a ordem e o bem comum dentro da comunidade: a oligarquia, a aristocracia e a democracia. A questão proposta por Rancière nos ajuda-nos a identificar o que é

a liberdade trazida pelas pessoas do povo à comunidade: existe um desequilíbrio que perturba a estrutura da ordem enumerada por Aristóteles, porque, na capacidade política detida apenas pelos homens de mérito, a distribuição igualitária das parcelas falha e a liberdade da maioria dos homens comuns é revelada como um erro na divisão.

O problema na distribuição dessa parcela igualitária promovida pela justiça é que nenhuma ordem política encontra-se definida. Para o autor, a política só começa quando não se mantêm equilíbrios de lucros e perdas e onde as parcelas do comum estão igualmente repartidas,

Para que a pólis seja ordenada conforme o bem, é preciso que as parcelas da comunidade estejam em estrita proporção com a axia de cada parte da comunidade: ao valor que ela traz para a comunidade e ao direito que esse valor lhe dá de deter uma parte do poder comum.

Existe um erro na contagem das partes.

Hoje, a justiça existe com o intuito de impedir que os indivíduos causem danos recíprocos e em garantir lucros e perdas no interior de comunidades que mantêm relações entre os indivíduos e os bens, e sacrifica o princípio real da justiça, que é propor uma comunidade igualitária. Quando a escravidão por dívidas foi abolida, o povo considerava-se livre, mesmo diante de inúmeros danos que o faz ser parte dessa comunidade. Ao portar a palavra (logos), essa gente, fadada ao anonimato, identifica-se como parte e como força deliberativa do todo da comunidade, buscando nessa liberdade ilusória promovida pela divisão igualitária da política, a liberdade como virtude.

Para Rancière, o nosso encontro com a política se deve graças a esse partido dos pobres, essa parcela de pessoas destituídas de igualdade. A política interrompe esse efeito de dominação dos ricos e faz

com que os pobres existam enquanto entidade, provocando o desdobramento de um dano ou do litígio no interior da comunidade. Para o autor, o dano não é somente a dissensão a ser corrigida através da luta de classes. Mesmo que a solução seja dar a cada um a parcela de terra igual, a constituição do dano tem raízes mais profundas, encontradas ainda no período antigo, quando deixam de ser apenas pobres e passam a ser “o reino da ausência de qualidade, a efetividade da disjunção primeira que porta o nome vazio de liberdade, a propriedade imprópria, o título do litígio” .

A guerra dos pobres e dos ricos no interior da comunidade se deve à negação da política, pois, ao afirmar que não há parcela dos sem parcela, ou seja, que não há pobres no interior da comunidade, também se coloca em risco a existência da própria política, na medida em que “o litígio em torno da contagem dos pobres como povo, e do povo como comunidade, é o litígio em torno da existência da política, devido ao qual há política” .

Ao observar os danos que essa classe de pessoas de mérito ocasiona ao povo através da dominação, conclui o autor que são inúmeros os exemplos que comprovam que, seja o proletariado moderno ou os povos da Antiguidade, vive-se mediante a ilusão de liberdade, que seria antes a qualidade dos que não tem nenhuma outra (nem mérito e nem riqueza). É com essa liberdade que o amontoado de “pessoas de nada”, na fórmula de Rancière, torna-se o povo, a comunidade que decide e que é maioria no lugar da assembleia. Uma vez posta a minoria de mérito e a maioria sem qualidade que delibera, mantém-se uma sociedade composta por duas partes: ricos e pobres. Para o autor,

“a torção pela qual existe política é também a que institui as classes como diferentes de si mesmas”, com isso, a formação da política é a mesma da luta de classes, afinal o proletariado não é uma classe, mas a dissolução de todas elas, e nisso é dada a sua universalidade, lembra o autor se reportando a Marx .

2. CONFLITO E REPRESENTATIVIDADE

Vivemos em Estados oligárquicos moderados fundados entre o poder das “elites” e o poder de todos. Torna-se uma ameaça a ligação cada vez mais forte entre o poder econômico e o poder estatal, consequência do confisco da democracia por oligarquias. Com isso, hoje assistimos ao fortalecimento e à formação de um pântano fascista, capaz de impulsionar um ódio à democracia.

Para Rancière, a democracia não é uma questão de instituições, mas de atividade. É o que acontece nas ruas, nas fábricas ou nas universidades, é o que acontece hoje na internet, nas ocupações, na sua transformação em espaço político e a tarefa do povo é enxergar que a democracia confere autonomia à forma de pensar e agir. Para isso, é exigido que o povo destituído de liberdade note a importância de defendê-la como organização social capaz de promover direitos a todos os que nasceram sem títulos para exercer o poder.

Relevante ao momento político atual e por meio da crítica à democracia no período antigo, Rancière tece sua crítica à democracia representativa em contraponto à democracia direta: a representação não é resultado do crescimento populacional, mas uma estratégia de manutenção do poder na mão de poucos. Na obra *O ódio à democracia*, aprofundando crítica posta em *O desentendimento*, o autor problematiza a democracia desenhando certo

bloqueio à política, e nossa tarefa agora é acompanharmos como a comunidade política passa por oscilações, tendo-se a passagem para a democracia como representação por fio condutor.

2.1

O cenário explicitado por Rancière com o princípio da voz e representatividade popular nos remete a novo percurso, à ideia de representatividade parlamentar e ao problema da adequação do exercício político, das forças presentes nesse âmbito e ao paradoxo em torno de instituições representativas.

O paradoxo em torno da democracia e seu início se dá na época em que a representatividade parlamentar torna-se alvo de protestos e objeto de vigilância militante. Se, por um lado, acompanhamos no decorrer da história gerações de militantes socialistas e comunistas lutarem por uma Constituição, direitos e funcionamentos institucionais, por outro lado, hoje a situação encontra-se invertida, e os tempos presentes nos dão respostas quanto a esse paradoxo: democracia aparece como a adequação das formas de exercício do político dentro da sociedade às forças que a movem e os interesses que a tecem, e não é mais de garantia do poder do povo por meio de instituições representativas que se trata.

Como saída desse impasse, o autor propõe que o sucesso da democracia consistiria em encontrar nas sociedades uma coincidência entre sua forma e seu ser sensível e em identificar a manifestação sob forma de representação desse ser-sensível. O problema é que essa ausência está sempre preenchida e o paradoxo corresponde, nas nossas sociedades, à volta do povo, que sempre aparece onde é declarado extinto.

Para uma análise aprofundada, o filósofo nos remete às primeiras questões da ideia de democracia no âmbito da filosofia política. A democracia provocou a filosofia política porque ela não é um conjunto de instituições ou um tipo de regime, e sim uma maneira de ser do político. Ela não é um regime parlamentar ou o Estado de direito, ela deixou de ser um estado do social, reino do individualismo ou das massas. A democracia torna-se o modo de subjetivação da política – entende-se por política coisa diferente da organização dos corpos em comunidade e da gestão dos lugares, poderes e funções. Um dispositivo resumido em três aspectos, primeiro, a democracia é o tipo de comunidade definido pela existência de uma esfera de aparência específica do povo, aparência aqui como a introdução no campo da experiência de um visível que modifica o regime do visível.

Segundo, os ocupantes dessa esfera de aparência possuem um particular, um povo que não consiste em nenhum grupo social,

mas sobre-impõe à dedução das parcelas da sociedade a efetividade de uma parcela dos sem-parcela. Em que o povo tem um duplo corpo e essa dualidade é a do corpo social e de um corpo que vem remover toda identificação social.

Terceiro aspecto da democracia, esse lugar de aparência predominante no povo é o lugar de condução do conflito/litígio. O litígio político diferencia-se de conflitos de interesses entre partes constituídas da população, já que é um conflito sobre a contagem das partes.

2.2

A democracia nasce em Atenas. Lá, a participação dos cidadãos na política, mediante distribuição de cargos por meio do sorteio aleatório, é um governo de qualquer um. A vinculação do demos – o poder ou o governo do demos – desenvolve um sintoma negativo em torno da pólis. O resultado desse desagrado gira em torno de uma minoria oligárquica e o essencial é fundamentar essa separação entre democracia direta e representativa e a sua implicância no social. Temos uma primeira manifestação de ódio ao conceito de democracia lá na Antiguidade, graças aos que viam a ruína de toda ordem legítima no inominável governo da multidão. Continuou sendo razão de ódio aos que acreditam que o poder pertencia somente aos que já eram beneficiados por ele desde o nascimento ou eleito por competências. Ainda hoje é odiada para aqueles que fazem da lei divina a única forma de poder e legitimidade fundante de comunidades.

Sendo assim, afirma Rancière, a palavra democracia não designa formas de sociedade de governo. A “sociedade democrática” é apenas uma fantasia com a função de sustentar um principioprincípio do bom governo. Não existe governo democrático propriamente dito. Os governos se exercem sempre da minoria para a maioria e aqui o “poder do povo” é necessariamente o que separa o exercício do governo da representação da sociedade.

Assim a representação aparece assim, de pleno direito, como forma oligárquica, por ser representação das minorias com título para se ocupar dos negócios comuns. É a partir desse percurso do governo da maioria ao da minoria que se exige uma separação importante entre questões postas sob democracia direta e sob democracia representativa, a última sendo a marca registrada na sociedade moderna. A evidência que assimila a democracia à forma do governo representativo resultante de eleição é recente na história, mas esse modo representativo é o exato oposto da democracia lá entre os gregos. O autor declara que, mesmo onde é reconhecida a igualdade dos “homens” e dos “cidadãos”, tal igualdade é reconhecida na relação destes com a esfera jurídico-política constituída e mesmo onde a soberania é popular só o é na ação de seus governantes e representantes. Tal igualdade faz distinção entre o público, que pertence a todos, e o privado, em que reina a liberdade de cada um, o que levaria à dominação dos que detêm de poderes na sociedade.

Nesse compasso, a democracia caminha para além do âmbito dos

3 - Rancière, J. O *Ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 68.

indivíduos empenhados em sua felicidade privada, ela é o processo de luta contra a privatização e o processo de ampliação dessa esfera. Ampliar a esfera pública não significa exigir a intervenção do Estado na sociedade e sim lutar contra a divisão entre o público e o privado.

O processo democrático, portanto, aponta o autor, implica: a ação de sujeitos que reconfiguram as distribuições do privado e do público, do universal e do particular. Esse processo deve trazer de volta o significado da palavra democracia, a rejeição da pretensão dos governos de tornar/encarnar um princípio uno da vida pública, circunscrevendo a compreensão e extensão dessa vida pública. Se existe uma limitação para a democracia, ela reside no movimento que desloca os limites do público e do privado, do político e do social.

3. A ESTÉTICA COMO PARTILHA DOS HOMENS FADADOS AO ANONIMATO

Para responder questões sobre atos estéticos que configuram na experiência novos modos de sentir e induzir formas de subjetividade política, Rancière traz, na obra *O desentendimento*, análises dedicadas à “partilha do sensível”, enquanto cerne da política. Nessa terceira parte de nosso relatório final, fecharemos nossa pesquisa com as articulações do regime estético das artes e seus modos de transformação. Para isso, vejamos como o autor pensa o regime de identificação e pensamento das artes em seus modos de articulação e de visibilidade, a fim de propor por essa via a ideia da efetividade do pensamento.

Para Rancière, a partilha do sensível é um sistema que revela a existência de um comum e recortes que partilham partes e definem lugares. Essa repar-

tição de partes e lugares tem por fundamento uma partilha de espaços, tempos e tipos de atividades que delineiam a participação desse comum e dessa partilha. Desse modo, mediante a partilha que constitui o comum, demarcamos a seguir um fio condutor que leva do filosófico ao político, e mostramos as passagens propostas pelo autor que levam da arte à política.

O fio condutor é mostrar como a partilha do sensível delineia a estrutura da comunidade política com base no encontro discordante das percepções individuais, tendo-se por ponto de chegada como, mediante o encontro da estética com a política, organizamos o sensível, nesse encontro nos damos a entender, vemos e construímos visibilidade e inteligibilidade dos acontecimentos políticos.

3.1

Para Rancière o autor, a política tem sempre uma dimensão estética, na medida em que ambas, estética e política, organizam o sensível. Afinal, toda atividade comporta uma visão de espectador do mundo e toda posição de espectador já nos deixa a possibilidade de interpretar com um olhar que desvia o sentido do espetáculo. Em *A partilha do Sensível* são delimitados os campos em que, na política, com existência de um comum, e, na estética, dando forma à comunidade, em ambas temos a repartição, das partes e dos lugares, que se fundamenta em uma partilha dos espaços, tempos e tipos de atividades que determinam a maneira como um comum se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha.

Nesse cenário macroestrutural, Rancière nos apresenta a partilha democrática do sensível, na qual se tira o homem, o trabalhador de seu espaço doméstico do trabalho e lhe oferece o “tempo” preciso para fazer parte das discussões públicas e manter a identidade de cidadão deliberante.

A partilha do sensível é, portanto, o modo como se determina no sensível a relação entre um conjunto comum partilhado e a divisão de partes exclusivas. Antes de ser o sistema de formas constitucionais ou de relações de poder, a ordem política é certa divisão das ocupações, a qual se inscreve, por sua vez, em dada configuração do sensível, qual seja, na relação entre os modos do fazer, os modos do ser e os do dizer, que efetiva a distribuição dos corpos políticos

de acordo com as atribuições e finalidades e a circulação do sentido.

Para o autor, as ocupações definem competências, visibilidade e voz para participação no comum. Existe, portanto na política, uma “estética” que se define por exercer aquilo que é visto, o que é dito, competências para ver e qualidades para dizer. É a partir dessa visibilidade que a questão das “práticas estéticas” e de seu papel no comum firma-se e é com Platão, por exemplo, que o autor destaca duas formas de efetividade do sensível: o teatro e a escrita. O regime estético da política revela-se comprometido com o regime da política, regime de indeterminação das identidades e a deslegitimação das posições. Essa desregulação das partilhas do espaço e do tempo é a própria democracia.

Considerações finais

Em companhia das críticas de Jacques Rancière, podemos concluir que a palavra democracia não é capaz de designar nem uma forma de sociedade e nem uma forma de governo. A sociedade democrática que conhecemos é a fantasia que sustenta tal princípio do bom governo que, ao dispor de títulos, exerce a autoridade. E, tanto no presente quanto no passado, mediante essa mesma autoridade, ainda somos sociedades organizadas por oligarquias.

Para definir a democracia no seu sentido literal, no seu sentido direto, a forma de vida dos indivíduos passa longe da felicidade privada apresentada como necessária para o convívio social. Ela tem a obrigação de ser parte de um processo de luta que caminha contra esse ambiente privado para assim garantir também que a dominação da oligarquia não predomine na esfera pública.

Quando há o reconhecimento da ampliação

na esfera pública com base em lutas históricas de inclusão entre eleitores e elegíveis, temos reconhecida a qualidade de iguais e de sujeitos políticos que conquistam o espaço público e deixam de ser parte excluída da sociedade dedicada à prática doméstica e reprodutora.

Para isso, o autor nos deixa como proposta a partilha democrática do sensível, que tira o trabalhador de seu espaço doméstico do trabalho e lhe oferece oportunidades para fazer parte das discussões públicas, manter a identidade de cidadão deliberante e esquecer completamente que um dia esteve fadado ao anonimato do trabalho, a fim de definir competências, visibilidade e voz para participação no comum. Existe, portanto na política, uma “estética” que se define por exercer aquilo que é visto, o que é dito, competências para ver e qualidades para dizer. Com isso, fechamos nosso artigo acrescentando que os desdobramentos no teatro e na escrita são formas de partilha do sensível que estruturariam as maneiras pelas quais as artes podem ser pensadas e percebidas; o problema agora é saber como se dariam sua inserção na comunidade, como se poderia definir que obras ou performances “fazem política” e como essas formas artísticas refletiriam movimentos sociais, aportariam a igualdade em todos os temas e destruiriam hierarquias, questões que abrem novos horizontes e que, embora extrapolem nosso recorte proposto, precisam ser apontados como indicação de avanços e desdobramentos de nosso artigo proposto aqui.

Referências Bibliográficas

RANCIÈRE, J. O desentendimento: Política e filosofia. São Paulo: Editora 34, 1996.

_____. O ódio à democracia. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. A partilha do sensível, 2ª ed. São Paulo: EXO experimental org.; Editora 34, 2009.